

**INFORMATIVO DE ADEQUAÇÃO E COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA
E FINANCEIRA Nº 259/24**

TEOR DA SOLICITAÇÃO: Informações acerca da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira do (a) **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 548/2018**, em atendimento ao disposto na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação nº 1/2015.

SOLICITANTE: COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AUTOR: Eugênio Greggianin
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Área Coordenação de
Informações Orçamentárias



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2816061>

Consultoria de Orçamento
e Fiscalização Financeira



1. SÍNTESE DA MATÉRIA

Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para determinar a priorização das despesas com saúde e educação na execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Propõe que se determine que o Poder Executivo, ao elaborar ou alterar o quadro de cotas trimestrais de despesa, que leve em conta os limites constitucionais mínimos de aplicação de recursos na saúde e educação, garantindo prioridade no pagamento dessas despesas.

2. ANÁLISE

Com a entrada em vigor da LRF, o art. 47 da Lei 4.320/64 deu lugar ao que dispõe o art. 8º da LRF, que prescreve:

Art. 8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto.

O projeto contempla matéria de caráter essencialmente normativo. Não acarreta repercussão direta ou indireta na receita ou na despesa da União.

DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Não se identificou infração a dispositivo sob o ponto de vista da adequação orçamentária e financeira.

4. RESUMO

Sem implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2024.

EUGÊNIO GREGGIANIN
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira

